

Geo Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 264AS-005-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Ayrton Senna da Silva, 300 - 3ª andar,
Sala 311 - Gleba Palhano, Londrina (PR)
Brasil
T +55 43 3306-1047
www.grantthornton.com.br

Aos administradores e acionistas da
Geo Investimentos e Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Geo Investimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Geo Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

(i) Ativo imobilizado – ausência de laudos de vida útil e de informações sobre a conclusão das construções

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado no ativo imobilizado os montantes de R\$ 520 mil (controladora) e R\$ 95.701 mil (consolidado), substancialmente compostos por instalações (planta de biogás). Entretanto, a administração da Companhia não apresentou laudos técnicos ou estudos formais que suportassem a determinação e/ou revisão das vidas úteis econômicas dos referidos ativos, nem as datas em que os mesmos estavam concluídos para o uso pretendido pela administração (para fins de início do registro das respectivas despesas de depreciação), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não nos foi possível determinar, através de procedimentos alternativos de auditoria, os possíveis ajustes e itens de divulgação (se houver) nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em virtude da citada limitação.

(ii) Investimentos em sociedades coligadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2025, investimento em sociedade coligada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo valor contábil reflete o reconhecimento integral do passivo a descoberto incorrido pela investida. A sociedade coligada Raizen-Geo, integrante do Grupo Raízen, ingressou com pedido de recuperação extrajudicial, atualmente em trâmite. Tal circunstância evidencia a existência de incertezas relevantes quanto à continuidade operacional da investida, bem como quanto à recuperabilidade de seus ativos e à liquidação de seus passivos no curso normal de seus negócios. Em razão do estágio atual do processo de recuperação e da inexistência, até a data deste relatório, de um plano de recuperação aprovado e homologado, pelas partes competentes, não é possível determinar e/ou estimar de forma confiável, os potenciais impactos dessa situação sobre o valor contábil do investimento, sobre a mensuração dos passivos a descoberto reconhecidos pela Companhia, nem sobre os efeitos sobre o resultado da equivalência patrimonial reconhecida pela Companhia.

Consequentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que suportasse a razoabilidade dos saldos relacionados ao investimento na sociedade coligada, tampouco dos possíveis efeitos (se algum) reconhecidos no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas no 1.1 e 1.2 às demonstrações financeiras, que descrevem que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava passivo circulante em excesso ao ativo circulante, na controladora e consolidado, nos montantes de R\$ 2.306 mil e R\$ 11.684 mil, respectivamente, além de prejuízo no exercício no montante de R\$ 67.707 mil (controladora e consolidado), além de caixa aplicado nas atividades operacionais nos montantes de R\$ 71 mil (controladora) e R\$ 10.850 mil (consolidado). Os planos da administração para o reestabelecimento da posição financeira da Companhia, retomada de sua lucratividade e necessária geração de caixa estão descritos nas referidas notas explicativas. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa com relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras ora apresentadas não consideram nenhum ajuste ou reclassificação como resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 25 de junho de 2025, não continha ressalva.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; e suas controladas
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Londrina, 21 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-011.583/F-2



Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR-049.038/O-9

GEO Investimentos e Participações S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.873	613	5.930	2.282
Contas a receber	9	-	-	1.954	1.883
Estoques	10	-	-	1.784	1.847
Impostos a recuperar	11	43	269	3.084	5.931
Adiantamentos e outras contas a receber	12	161	-	225	1.865
Ativo biológico	13	-	-	-	363
Outros ativos	14	-	-	1.040	393
Total do ativo circulante		5.077	882	14.017	14.564
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	23	70.599	11.297	5.914	3.433
Impostos a recuperar	11	-	-	1.935	1.781
Ativo biológico	13	-	-	753	835
Outros ativos	14	-	-	-	227
Investimentos	15	3.846	33.080	16.468	22.895
Imobilizado	16	520	698	100.201	97.452
Intangível	17	-	-	1.679	2.159
Direito de uso	18	188	361	488	470
Total do ativo não circulante		75.153	45.436	127.438	129.252
Total do ativo		80.230	46.318	141.555	143.816

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GEO Investimentos e Participações S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	19	30	27	4.707	5.129
Empréstimos e financiamentos	20	7.129	-	18.020	56.235
Obrigações fiscais	21	1	-	272	275
Obrigações sociais	-	-	-	2.369	3.687
Imposto de renda e contribuição social a pagar	21	-	-	-	14
Passivo de arrendamentos	18	223	187	333	220
Total do passivo circulante		7.383	214	25.701	65.560
Passivo não circulante					
Fornecedores	19	-	-	18	24
Empréstimos e financiamentos	20	30.483	19.131	86.506	41.586
Partes relacionadas	23	2.178	1.136	1.250	1.093
Passivo de arrendamentos	18	-	222	214	309
Provisões para passivo a descoberto	15	32.306	-	7.596	-
Provisão para contingências	24	4.098	2.038	7.926	5.098
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	105.991	-	105.491
Capital a integralizar em participação societária	15	1	1	3.731	3.731
Receitas diferidas	25	-	-	4.715	3.322
Total do passivo não circulante		69.066	128.519	111.956	160.654
Total do passivo		76.449	128.733	137.657	226.214
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	26	99.693	99.493	99.693	99.493
Reserva de capital		153.737	-	153.737	-
Prejuízos acumulados		(249.649)	(181.908)	(249.649)	(181.908)
Total do patrimônio líquido		3.781	(82.415)	3.781	(82.415)
Participação dos não controladores		-	-	17	17
Total do patrimônio líquido		3.781	(82.415)	3.798	(82.398)
Total do passivo e patrimônio líquido		80.230	46.318	141.455	143.816

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GEO Energética Participações S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando expresso de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	27	-	-	24.537	17.561
Custos da venda de energia e serviços prestados	28	-	-	(17.159)	(16.836)
Lucro bruto		-	-	7.378	725
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	28	(1.074)	(851)	(38.079)	(31.116)
Provisão para devedores duvidosos	28	-	-	18	(106)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(2.330)	(1.523)	(2.524)	(447)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(60.637)	(42.142)	(17.541)	(4.959)
Total das despesas operacionais		(64.041)	(44.516)	(58.120)	(36.628)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(64.041)	(44.516)	(50.742)	(35.903)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	30	9	-	9	-
Despesas financeiras	30	(3.709)	(2.245)	(16.459)	(10.818)
Resultado financeiro, líquido		(3.700)	(2.245)	(16.450)	(10.818)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(67.741)	(46.761)	(67.163)	(46.721)
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e Contribuição social correntes	22	-	-	(578)	(64)
Prejuízo do exercício		(67.741)	(46.761)	(67.741)	(46.785)
Resultado do exercício atribuído aos					
Acionistas controladores				(67.741)	(46.761)
Acionistas não controladores				-	(24)
				(67.741)	(46.785)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GEO Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(67.707)	(46.761)	(67.741)	(46.785)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(67.707)	(46.761)	(67.741)	(46.785)
Resultado do exercício atribuído aos				
Acionistas controladores	-	-	(67.741)	(46.761)
Acionistas não controladores	-	-	-	(24)
			(67.741)	(46.785)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GEO Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos Acumulados	Total Controladores	Participação dos acionistas não-controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	99.493	-	(135.147)	(35.654)	(133)	(35.787)
Prejuízo do exercício	-	-	(46.761)	(46.761)	(24)	(46.785)
Ajuste de participações de sócios não controladores	-	-	-	-	174	174
Saldo em 31 de dezembro de 2024	99.493	-	(181.908)	(82.415)	17	(82.398)
Integralização de capital social	200	-	-	200	-	200
Integralização de reserva de capital	-	153.737	-	153.737	-	153.737
Prejuízo do exercício	-	-	(67.741)	(67.741)	-	(67.741)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	99.693	153.737	(249.649)	3.781	17	3.798

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GEO Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes dos tributos		(67.741)	(46.761)	(67.741)	(46.721)
Ajustes por					
	16, 17 e				
Depreciações e amortizações	18	351	438	11.394	8.320
Equivalência patrimonial	15	60.637	(42.142)	17.541	4.959
Perdas estimadas de contas a receber	9	-	-	(16)	106
Constituição (revisão) de provisão para contingências	23	2.060	1.509	2.828	2.259
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20	3.481	2.224	18.529	15.285
Juros sobre passivo de arrendamento	18	31	67	66	67
Ganho na alienação de imobilizado		-	-	197	(93)
Prejuízo do exercício ajustado		(1.182)	(84.665)	(17.236)	(15.818)
Variação nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	-	(56)	(965)
Estoques		-	-	63	(1.211)
Impostos a recuperar		227	-	2.692	602
Outros ativos		(160)	44	1.222	380
Ativo biológico		-	-	445	(906)
Variação nos passivos operacionais					
Fornecedores		3	1	2.186	(8.316)
Obrigações fiscais		1	-	561	(211)
Obrigações sociais		-	-	(1.318)	1.243
Outros passivos		1.040	2	-	133
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(578)	(64)
Fluxos de caixa (consumidos) nas atividades operacionais		(71)	(84.618)	(12.019)	(25.133)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	16	-	-	(16.182)	(18.957)
Aquisição para o ativo intangível	17	-	-	(13)	(265)
Aplicação financeira		-	-	-	528
Aquisição de participações societárias em coligadas		-	(1.756)	-	(8.158)
Aumento de capital em investidas	200		-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.103	(500)	(3.483)	-
Fluxos de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		903	(2.256)	(19.678)	(26.852)

GEO Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Partes relacionadas	22	(43.448)	20.574	(2.323)	(4.399)
AFAC recebidos		32.093	67.235	48.445	67.235
Obtenção de empréstimos e financiamentos	20	15.000	-	65.967	7.854
Pagamento de empréstimos e financiamentos	20	-	-	(55.716)	(10.436)
Juros pagos	20	-	-	(6.224)	(8.940)
Pagamento de mútuo		-	-	(15.851)	(2.349)
Recursos recebidos referente a projetos FINEP		-	-	1.393	1.297
Pagamentos de arrendamentos	18	(217)	(323)	(345)	(323)
Fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamentos		3.428	87.486	35.346	49.939
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes no exercício		4.260	612	3.648	(2.046)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		613	1	2.282	4.328
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.873	613	5.930	2.282
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes no exercício		4.260	612	3.648	(2.046)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A GEO Investimentos e Participações S.A. ("Companhia") com sede e foro na cidade de São Paulo - SP foi constituída em 2011. A Companhia é uma holding de participação em outras empresas.

A Companhia detém o controle direto e indireto das seguintes sociedades, cujos objetivos de negócios estão descritos abaixo:

GEO Energética Participações S.A

Opera como holding de instituições não financeiras, como prestadora de serviços de engenharia e novos projetos, no estudo e análises técnicos científicos no setor de energia e biogás.

GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.: opera uma usina de produção de biogás a partir da biodigestão anaeróbica de resíduos provenientes de indústrias da região, tais como usina sucroenergética, frigoríficos, indústrias de óleos, de gelatina, entre outras. Com tecnologia proprietária, a Empresa consegue produzir biogás e biometano durante os 12 meses do ano, utilizando em seu processo produtivo tanto os resíduos líquidos, como sólidos. A unidade está situada no município de Tamboara-PR e a maior parte dos resíduos utilizados em seu processo produtivo é proveniente da Coopcana (PR), que fornece vinhaça e torta de filtro. Atualmente, a unidade conta com potência instalada de 10MW para geração de energia elétrica e, ao longo do ano de 2023, investiu para ampliar sua capacidade de produção de biometano para 40.000 Nm³/d autorizados pela ANP. Tais investimentos foram finalizados durante o segundo semestre de 2025, e a partir de então, o foco operacional da Empresa deverá ser voltado à produção e comercialização do biometano.

GEO Operações e Energias Renováveis Ltda.: presta serviços de pesquisas técnicas e desenvolvimento de tecnologia voltada para energias renováveis e tratamento de detritos industriais, está situada no município de Londrina-PR.

GEO Gás Comercializadora e Distribuidora Ltda.: a empresa foi aberta para se tornar a distribuidora e comercializadora de Biometano. Está localizada em Tamboara-PR.

GEO Del Sur Biogás SPE Ltda.: a empresa foi constituída para construir uma planta para biodigestão do esterco gerado por gado confinado, além de receber resíduos agroindustriais da região de Pelotas (RS). A empresa foi fundada no Rio Grande do Sul.

GEO RGM Participações Ltda.: a empresa foi constituída para participar no capital de outras sociedades e para participar em empreendimentos comerciais e industriais, tendo registrado R\$ 100,00 (cem reais) de capital social dos quais a Geo Energética Part. S.A. detém 100% de participação acionária.

GEO Power Grass Holding Ltda.: a empresa foi constituída para participar no capital de outras sociedades e para participar em empreendimentos comerciais e industriais, tendo registrado R\$ 100,00 (cem reais) de capital social dos quais a Geo Energética Part. S.A. detém 100% de participação acionária.

GVC Part. Ltda.: a empresa foi constituída com propósito de investir em startups ou projetos inovadores de alto potencial de crescimento, tendo registrado R\$ 100,00 (cem reais) de capital social dos quais a Companhia detém 100% de participação acionária.

GEO Resíduos Industriais Holding Ltda.: a empresa foi constituída com propósito de participar em projetos de produção de biogás a partir de resíduos industriais, tendo registrado R\$ 100,00 (cem reais) de capital social dos quais a Companhia detém 100% de participação acionária.

ECO GEO Biogás Ltda.: a empresa constituída com o objetivo de atuação na produção de biogás. A iniciativa está inserida na estratégia de diversificação e expansão das atividades da Companhia, com foco na valorização energética de resíduos, por meio da estruturação de contratos e parcerias com fornecedores de resíduos, visando garantir o suprimento de matéria-prima e a viabilidade operacional dos projetos.

GEO Combustíveis Avançados Holding Ltda.: a empresa foi constituída com propósito de participar em projetos de produção de combustíveis avançados, tendo registrado R\$ 100,00 (cem reais) de capital social dos quais a Companhia detém 100% de participação acionária.

Gtech Rio Silagem Ltda.: a empresa foi constituída para desenvolvimento de projetos de produção de biogás em larga escala, utilizando o fornecimento de biomassa própria, tendo R\$ 100,00 (cem reais) de capital social, dos quais a Geo Power Grass Holding Ltda. detém 100% de participação acionária.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Companhia em 20 de maio de 2026.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(a) Mitsui Gás e Energia do Brasil S.A.

Em 14 de março de 2024, a Companhia firmou contrato com a Mitsui Gás e Energia do Brasil S.A. para a constituição de uma joint venture, com participação societária de 50% para cada acionista. Como parte da operação, a controlada GeoMit S.A. A joint venture tem como objeto o desenvolvimento de projetos de produção de biogás a partir de resíduos do setor sucroenergético, com foco na implementação e estruturação das operações ao longo do ano de 2025.

Durante o exercício de 2025, a GeoMit S.A. obteve aprovação para o desenvolvimento de seu primeiro projeto. O início da construção está previsto para 2026, conforme descrito em eventos subsequentes.

(b) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Em 24 de janeiro de 2024, foi formalizado o Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e Outras Avenças entre a Companhia e a Usinas Itamarati S.A. ("Uisa"), estabelecendo as condições dos aportes realizados a título de adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"), efetuados pela Uisa à Companhia a partir de 1º de setembro de 2023, com a finalidade de futura capitalização.

Os aportes totalizaram R\$ 138.084 mil, sendo R\$ 38.256 mil realizados no exercício de 2023, R\$ 66.235 mil no exercício de 2024 e R\$ 33.593 mil no exercício de 2025.

No exercício de 2025, os referidos montantes foram registrados na controlada Geo Investimentos diretamente em reservas de capital, totalizando R\$ 138.084 mil, bem como R\$ 15.752 mil referentes a AFAC na subsidiária Geo Energética.

1.2. Continuidade operacional e Projeto de ampliação da capacidade produtiva e novos projetos

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 11.678 mil (R\$ 51.996 mil negativos em 2024). A redução do capital circulante líquido negativo ao longo dos exercícios reflete os esforços da Administração na reestruturação de seu endividamento e na recomposição de sua liquidez de curto prazo.

Apesar da posição de capital circulante líquido negativo e dos resultados ainda adversos, a Administração vem adotando medidas voltadas ao fortalecimento da estrutura financeira do Grupo, incluindo a renegociação de passivos e alongamento do perfil da dívida, a liberação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a captação de novos recursos para suportar as operações e investimentos, assim como a consolidação de novos parceiros estratégicos que atuam dentro do segmento.

Na Operação

A Administração da Companhia tem executado, de forma consistente, sua estratégia de ampliação da capacidade produtiva e fortalecimento da geração de caixa, por meio da expansão das operações de biogás e biometano conduzidas por sua controlada Geo Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda., da qual detém 100% de participação.

Nesse contexto, foi aprovado em 2022 o projeto de expansão da planta de Tamboara para produção de biometano, com início dos investimentos no mesmo exercício e conclusão no segundo semestre de 2025. Com os investimentos realizados, a unidade industrial ampliou sua capacidade de produção para 40.000 Nm³/dia, conforme autorização da ANP.

A referida expansão teve como objetivo a diversificação do portfólio de receitas, reduzindo a dependência da comercialização de energia elétrica e ampliando a geração de receitas por meio da produção e comercialização de biometano em escala comercial. A partir da conclusão do projeto, o foco operacional da Companhia passou a ser direcionado prioritariamente a esse segmento.

Ainda nesse contexto, a Companhia celebrou contratos relevantes que já impactam positivamente o faturamento, destacando-se: **(i)** fornecimento de biometano para a Compagas (unidade Londrina), iniciado em dezembro de 2025, com volume de 6.000 m³/dia; e **(ii)** fornecimento para a White Martins, iniciado em julho de 2025, com volume de 1.000 m³/dia.

Adicionalmente, no início de 2026, foram firmados novos contratos de fornecimento de biogás e biometano, ampliando a carteira de clientes e reforçando a tendência de crescimento do faturamento da Companhia (ver nota eventos subsequentes).

A Administração entende que a combinação entre o aumento da capacidade produtiva e a celebração de novos contratos de fornecimento representa um avanço significativo na previsibilidade de receitas e na geração de caixa recorrente, reforçando de forma substancial a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros e sustentar sua continuidade operacional, além de posicioná-la para um ciclo consistente de crescimento nos próximos exercícios.

Nos Investimentos

Parte relevante dos investimentos foi financiada por meio de operação de financiamento-ponte no montante de R\$ 43,4 milhões, contratada junto ao Banco Itaú, cujo saldo foi reduzido para R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2025, em função da substituição por linhas de financiamento de longo prazo, incluindo recursos do BNDES, onde houve a liberação por parte do BNDES em 03/2026 (ver nota eventos subsequentes).

A Administração entende que as medidas em curso, aliadas à expectativa de geração de caixa proveniente das operações, a potencial realização de aportes de capital, a expansão de novos negócios, e novos contratos de fornecimento de Biometano são suficientes para a recomposição do capital de giro e a continuidade operacional do Grupo ao longo dos exercícios de 2025 e 2026.”

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Tais políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), vigentes para 31 de dezembro de 2025. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

(b) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia. A Administração avaliará no ano de 2026 os possíveis impactos, caso aplicável à Companhia.

2.2. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, ou seja, quando **(i)** está exposta ou possui direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, e **(ii)** possui a capacidade de dirigir as atividades relevantes dessa investida, de modo a afetar tais retornos.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

No processo de consolidação, os saldos, transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente. Adicionalmente, são adotadas políticas contábeis uniformes para assegurar a consistência das informações apresentadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico) sobre as quais a Companhia detém controle, ou seja, quando possui poder para dirigir as políticas financeiras e operacionais relevantes, está exposta ou possui direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de influenciar tais retornos. Em geral, presume-se a existência de controle quando a Companhia detém participação superior à metade dos direitos de voto (capital votante), embora outros fatores possam ser considerados nessa avaliação.

A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados na avaliação do controle.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a Companhia e suas controladas, conforme apresentado a seguir:

	Percentual de participação (%)	
	2025	2024
GEO Energética Participações S.A. (i)	100,00	99,16
GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.*	99,99	99,99
GEO Operações Energias Renováveis Ltda.*	99,99	99,99
GEO Gás Comercializadora e Distribuidora Ltda.*	99,99	99,99
Eco Geo Biogás Ltda.*	100,00	-
GEO Del Sur Biogás SPE Ltda.*	70,00	70,00
GEO RGM Participações Ltda.	100,00	-
GEO Power Grass Holding Ltda.	100,00	-
GVC Participações Ltda.	100,00	-
GEO Resíduos Industriais Holding Ltda.	100,00	-
GEO Combustíveis Avançados Holding Ltda.	100,00	-
Gtech Rio Silagem Ltda.*	100,00	100,00

* Controladas indiretas

(i) Em Assembleia Geral, foi aprovado o grupamento de ações na proporção de 1.000.000:1, com o cancelamento das frações e pagamento aos acionistas com base no valor patrimonial. Em decorrência,

a participação da controladora passou de 99,16% para 100% do capital social, mediante liquidação da participação minoritária pelo valor do investimento na data da operação.

As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas com base em práticas contábeis uniformes às adotadas pela Controladora e possuem a mesma data-base de encerramento, em 31 de dezembro de 2025.

No processo de consolidação, são eliminados integralmente os investimentos da Controladora no patrimônio líquido das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, e os resultados não realizados decorrentes de transações entre as entidades do Grupo.

(b) Coligadas e controladas em conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição, conforme disposto na Nota Explicativa nº 14.

A participação da Companhia nos resultados das investidas é reconhecida no resultado do exercício, enquanto as variações no patrimônio líquido dessas investidas são reconhecidas de forma correspondente nas demonstrações financeiras da Companhia.

A seguir, apresenta-se a síntese das coligadas e controladas em conjunto da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

	Percentual de participação (%)	
	2025	2024
Raízen GEO Biogás S.A.	7,53	7,53
Cocal Energia S.A.	2,59	2,59
Uisa Biogás S.A.	10,00	10,00
Geo Mit S.A.	50,00	50,00
Cri Geo Biogás S.A.	40,00	40,00

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou, quando aplicável, nas datas de mensuração dos respectivos itens.

Os ganhos e as perdas cambiais decorrentes da liquidação dessas transações, bem como da conversão, pelas taxas de câmbio de fechamento do exercício, dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado do período.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, com vencimento original de até três meses.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria de mensuração ao custo amortizado.

A classificação é determinada com base no modelo de negócio adotado para a gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Dessa forma, os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando são mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, que correspondem exclusivamente a pagamentos de principal e juros.

Atualmente, todos os ativos financeiros da Companhia estão classificados na categoria de custo amortizado.

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são liquidados quando os direitos de receber os fluxos de caixa tenham expirado ou tenham sido transferidos, e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

2.5.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos financeiros ao valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para aqueles classificados ao valor justo por meio do resultado, cujos custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Para ativos financeiros que contenham derivativos embutidos, a Companhia avalia o instrumento como um todo para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

2.5.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos e aos instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada considera a existência ou não de aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia adota a abordagem simplificada, conforme permitido pelo CPC 48, reconhecendo as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos ativos desde o seu reconhecimento inicial.

2.6. Contas a receber

Os créditos a receber decorrem, substancialmente, da venda de energia e da prestação de serviços, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, ajustados a valor presente quando aplicável.

A Companhia e suas controladas registram os créditos a receber líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas (PCLD), constituída com base em estimativas da Administração quanto à recuperabilidade dos valores.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por impairment. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos, bem como custos de empréstimos relacionados a ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incorporados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Os demais gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Os custos diretamente atribuíveis às imobilizações em andamento incluem, entre outros, honorários profissionais e, quando aplicável, custos de empréstimos capitalizados, conforme a política contábil da Companhia e de suas controladas. Tais ativos são classificados nas respectivas categorias do imobilizado quando concluídos e disponíveis para uso. A depreciação é iniciada a partir do momento em que os ativos estão prontos para uso, com base no método aplicável aos demais itens do imobilizado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas e nos respectivos valores residuais.

	Anos
Edificações	25
Máquinas e equipamentos industriais	10
Máquinas e equipamentos de escritório	10
Móveis, utensílios e ferramentas	10
Instalações	10
Veículos	5

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados prospectivamente, quando aplicável.

O valor contábil de um ativo é reduzido ao seu valor recuperável quando este é inferior ao valor contábil, sendo a respectiva perda por *impairment* reconhecida imediatamente no resultado do período.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à amortização são revisados para verificação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, definido como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa independentes identificáveis (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido objeto de reconhecimento de perda por *impairment*, são revisados subsequentemente, na data de cada balanço, para avaliação de eventual reversão dessa perda.

Os ganhos e as perdas na alienação de ativos são determinados pela comparação entre o valor da contraprestação recebida e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

2.8. Intangível

(a) Marcas e patentes registradas

As marcas e patentes são reconhecidas inicialmente pelo custo histórico. Referem-se, substancialmente, a pedidos de patentes de processos desenvolvidos pela controladora, bem como a registros de marcas destinados à proteção de sua propriedade intelectual.

(b) Projetos

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no resultado do período em que são incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são reconhecidos como ativo intangível somente quando a Companhia demonstra, cumulativamente, o atendimento das seguintes condições:

- Puder ser implementado ou vendido, pois tem viabilidade técnica nos estudos e projetos;
- Puder ser implementado ou vendido, pois existe intenção de complementar os estudos e projetos;
- Puder ser implementado ou vendido em função da existência de capacidade de fazê-lo;
- Gerar prováveis benefícios econômicos futuros;

- Puder ser implementado ou vendido em função da disponibilidade adequada de recursos técnicos, financeiros e outros para complementar os estudos e projetos; e
- Puder ter os gastos atribuíveis mensurado com confiabilidade.

O valor inicialmente reconhecido como ativo intangível gerado internamente corresponde à soma dos gastos incorridos a partir do momento em que o ativo passa a atender aos critérios de reconhecimento acima descritos. Caso tais critérios não sejam atendidos, os gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, de forma consistente com o tratamento aplicado aos ativos intangíveis adquiridos.

Um ativo intangível é baixado por ocasião de sua alienação ou quando não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros decorrentes de seu uso ou venda.

Os ganhos ou perdas na baixa são determinados pela diferença entre o valor líquido da contraprestação recebida e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do período no momento da liquidação.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e para colocá-los em condição de uso. Esses custos são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil estimada de 10 anos.

Os gastos com manutenção de softwares são reconhecidos como despesa no resultado do período, quando incorridos.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis à criação e aos testes de softwares identificáveis, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando atendidos os critérios de reconhecimento aplicáveis.

2.9. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar a fornecedores correspondem a obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. São classificadas como passivo circulante quando o vencimento ocorre no prazo de até 12 meses após a data do balanço; caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

2.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é apropriada ao resultado ao longo do prazo das operações.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, exceto quando a Companhia possui direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos, quando for provável que resultem em benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no resultado do período.

2.11. Demais ativos e passivos

São registrados pelos valores de realização e de liquidação, respectivamente acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para sua liquidação e quando o valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos esperados para liquidar a obrigação, utilizando taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos da obrigação. O efeito da atualização financeira é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14. Reconhecimento da receita

A receita corresponde ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica e pela prestação de serviços de tratamento de resíduos, no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas, sendo apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado com confiabilidade, for provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando os critérios específicos de cada operação forem atendidos.

(a) Venda de energia elétrica

A receita é reconhecida com base na energia gerada e medida no período, conforme apuração realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A comercialização ocorre após a apuração mensal, por meio de negociações com comercializadoras autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

(b) Prestação de serviços

A receita é reconhecida à medida da prestação dos serviços de recebimento, processamento e destinação final de resíduos orgânicos.

(c) Venda de biogás e biometano

A receita é reconhecida no momento da transferência do controle do produto ao cliente, correspondente à entrega do biogás. Os valores são determinados com base em contratos, com reajustes periódicos. (IPCA e INCTL respectivamente).

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

2.15. Arredondamento de valores

Os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma.

3. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1o. de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

(a) esclarecem a data de reconhecimento e liquidação de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza :** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: **(i)** orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de '*own use*', **(ii)** condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e **(iii)** divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ógio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ógio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: **(i)** medidas de desempenho definidas pela administração; **(ii)** abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e **(iii)** para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e premissas pela Administração, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros. Por sua natureza, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de resultar em ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão descritas a seguir:

4.1. Vida útil do imobilizado

A Companhia revisa periodicamente as vidas úteis de seus ativos imobilizados. Essas revisões consideram aspectos técnicos relacionados ao estado de conservação dos bens, obsolescência e padrão de utilização, sendo, portanto, sujeitas a julgamento. A Administração utiliza conhecimento técnico adequado para suportar essas avaliações.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas operações e gerir seus recursos financeiros. A Administração é responsável pela gestão desses riscos, realizando o monitoramento contínuo das exposições e a avaliação de seus ativos e passivos financeiros com base em informações de mercado e metodologias apropriadas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A controlada GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda. possui operações em moeda estrangeira relacionadas à aquisição de equipamentos. Contudo, a exposição ao risco cambial não é considerada relevante em função do baixo volume dessas transações.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras. A administração avalia esse risco como baixo, considerando que a Companhia e suas controladas estão em fase inicial de operação e mantêm suas aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia não registrou inadimplência relevante nem ultrapassou limites de crédito durante o exercício, não sendo esperadas perdas significativas.

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado por meio do monitoramento contínuo das projeções de fluxo de caixa e da manutenção de níveis adequados de caixa e linhas de crédito disponíveis, de forma a assegurar o cumprimento das obrigações financeiras.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros em função de aplicações financeiras indexadas ao CDI e financiamentos atrelados à TJLP.

Atualmente, não há contratação de instrumentos derivativos para proteção (hedge) dessas exposições.

A Administração monitora continuamente as condições de mercado, avaliando a eventual necessidade de adoção de instrumentos de proteção. A opção por taxas flutuantes reflete, entre outros fatores, o custo elevado de contratação de taxas prefixadas no cenário econômico atual.

5.2 Gestão de capital

A Companhia tem como objetivo manter uma estrutura de capital adequada que assegure a continuidade de suas operações, ao mesmo tempo em que maximize o retorno aos acionistas e equilibre o custo de capital.

Para a gestão de capital, a Companhia pode revisar sua política de distribuição de dividendos, realizar aportes ou devoluções de capital, bem como emitir instrumentos de dívida ou de patrimônio. A mesma monitora sua estrutura de capital por meio do índice de alavancagem financeira, correspondente à relação entre a dívida líquida e o capital total.

Em 2024, o patrimônio líquido negativo impactou o cálculo do capital total, reduzindo artificialmente o índice de alavancagem. Em 2025, com a recomposição do patrimônio líquido para saldo positivo, ainda que reduzido, o indicador passou a refletir de forma mais adequada a estrutura de capital.

O aumento do índice de 43% para 107% decorre, portanto, tanto do maior nível de endividamento quanto da normalização da base de cálculo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração acompanha continuamente a estrutura de capital e avalia medidas para seu equilíbrio.

	Consolidado	
	2025	2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 17)	82.202	65.328
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 7)	(5.930)	(2.282)
Dívida líquida	76.272	63.046
Total do patrimônio líquido	4.844	(82.415)
Total do capital	71.428	145.461
Índice de alavancagem financeira sobre o patrimônio líquido - %	107%	43%

6. Estimativa do valor justo

A Administração entende que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, tais como contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, líquidos de provisão para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, aproximam-se de seus respectivos valores justos, em razão de sua natureza de curto prazo.

7. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	4.873	613	5.930	2.282
Partes relacionadas	70.599	11.297	10.289	1.556
Créditos a receber	-	-	1.954	3.760
Total	75.472	11.910	18.173	7.598
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Custo amortizado:				
Fornecedores	30	27	4.719	6.259
Empréstimos e financiamentos	15.287	-	82.202	65.328
Partes relacionadas	2.179	1.136	1.091	1.093
Outras contas a pagar	22.324	19.130	22.324	32.493
Capital a integralizar em participações societárias	1	1	3.731	3.731
Passivos de arrendamento	223	409	547	529
Total	40.044	20.703	114.614	109.433

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Compreendem os valores em caixa, depósitos bancários e outras aplicações financeiras de curto prazo, com vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Banco conta movimento	4.873	613	4.994	1.449
Aplicações financeiras	-	-	936	833
Total	4.873	613	5.930	2.282

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras incluem rendimentos auferidos a taxas de juros que variam de 95% a 100% (95% a 100% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com cláusula de resgate imediato, sem prejuízo da remuneração auferida até a data do resgate.

9. Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Faturas a receber	2.222	2.245
Ajuste referente a energia faturada (i)	-	(78)
Perdas estimadas	(268)	(284)
Total	1.954	1.883

As faturas a receber representam valores a receber da produção e comercialização de biogás e biometano além da prestação de serviços de recebimento, processamento e destinação final de resíduos orgânicos e serviços de engenharia. Os créditos provenientes de energia a receber se devem pelo reconhecimento da receita de energia elétrica gerada e mensurada com base no preço de liquidação das diferenças (PLD) fixado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(i) Trata-se da diferença entre a garantia física de energia elétrica faturada e a produção efetiva a pagar para a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	942	1.769
Vencido até 30 dias	1.166	169
Vencido entre 31 e 60 dias	114	-
Vencido entre 61 e 90 dias	-	113
Vencido entre 91 e 180 dias	-	-
Vencido entre 181 e 360 dias	-	18
Vencido acima de 361 dias	-	176
Total	2.222	2.245

Abaixo, segue movimentação da provisão para devedores duvidosos:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	(284)	(185)
Baixa para perda	120	7
Reversão (reversão) de perdas estimadas	(104)	(106)
Saldo final	(268)	(284)

10. Estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Biogás	-	260
Almoxarifado	1.784	1.587
Total	1.784	1.847

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS e Cofins (i)	-	-	217	1.947
ICMS a recuperar (ii)	-	-	3.029	3.667
Imposto de renda (iii)	31	227	750	1.150
IRPJ/CSLL	12	42	683	547
Outros Impostos a Recuperar	-	-	340	401
Total	43	269	5.019	7.712
Circulante	43	269	3.084	5.931
Não circulante	-	-	1.935	1.781
Total	43	269	5.019	7.712

(i) Os valores de PIS e Cofins referem-se a créditos tomados sobre custos de produção para o desenvolvimento das atividades da usina recicladora de resíduos da cana-de-açúcar e aquisição de ativo imobilizado. Os valores classificados no não circulante devem-se ao prazo esperado pela administração para a sua recuperação.

(ii) Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos de impostos sobre aquisição de ativo imobilizado e insumos utilizados no processo produtivo.

(iii) Os valores de crédito de Imposto de Renda referem-se a imposto sobre a renda retido na fonte (IRF) sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

12. Adiantamentos e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos e outras contas a receber (circulante)				
Adiantamentos para fornecedores	161	-	225	1.186
Outros adiantamentos	-	-	-	679
Total	161	-	225	1.865

13. Ativos biológicos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	292
Adições	906
Consumo	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.198
Adições	-
Consumo	(445)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	753

A Companhia possui projetos para produção de biogás através da utilização de Sorgo, Capiacu e Cana Energia como matéria-prima, as quais serão utilizadas nos biodigestores da Geo Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda., em Tamboara-PR. O ativo biológico, em 31 de dezembro de 2025, é mensurado pelo método do custo, considerando que se trata de despesas iniciais com preparação do solo, não havendo métodos confiáveis de mensuração pelo valor justo.

14. Outros ativos

	Consolidado	
	2025	2024
Seguros a apropriar	174	165
Avais e fianças (i)	866	455
Total	1.040	620
Circulante	1.040	393
Não circulante	-	227
Total	1.040	620

(i) Refere-se à remuneração paga pela Geo Energética Participações S.A. e pela Geo Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda. à empresa Usinas Itamarati S.A., pela outorga de aval concedido em favor dessas companhias, formalizado por meio de duas cartas de fiança.

15. Investimentos

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Geo Energética Participações S.A.	-	27.959	-	-
Uisa GEO Biogás S.A. (i)	-	-	3.957	3.613
Raízen-GEO Biogás S.A. (ii)	-	-	-	3.923
Cocal-GEO Energia S.A. (iii)	-	-	2.661	2.579
Geo Mit	-	-	5.364	4.966
CRI GEO (S.A.) (iv)	-	-	-	2.553
Geo Del Sur Biogás SPE Ltda. (v)	-	-	140	140
LMG Negócios Inteligentes S.A. (vi)	3.346	4.621	3.846	4.621
AFAC	500	500	500	500
Total	3.846	33.080	16.468	22.895

Provisão para passivo a descoberto	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Geo Energética Participações S.A.	(32.271)	-	-	-
Raízen-GEO Biogás S.A. (ii)	-	-	(4.279)	-
CRI GEO (S.A.) (iv)	-	-	(3.317)	-
Geo Power Grass Holding Ltda.	(35)	-	-	-
Total	(32.306)	-	(7.596)	-

(i) Trata-se de uma joint venture criada através da Uisa GEO Biogás S.A. entre Geo Energética Participações S.A., “Geo Energética”, e a Usinas Itamarati S.A. através do acordo de acionistas celebrado em abril de 2022. O objetivo dessa joint venture é a construção de uma planta industrial para a produção e comercialização de energia elétrica com potência de 5 MWh e capacidade de geração de biometano até 11,4 M Nm³. A Geo Energética adquiriu 51% da participação equivalente a 510 mil ações ordinárias no montante de R\$ 510 mil. Em abril de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Uisa Geo Biogás S.A. em R\$ 40.000 mil.

Em 08 de agosto de 2024 foi assinado o 1o aditamento ao acordo de investimentos e de acionistas entre a Geo Energética Part. S.A. (“Geo”) e a Usinas Itamarati S.A. (“Uisa”), no qual a Geo transfere a Uisa 16.810.000 ações não integralizadas, pelo preço bruto e total de R\$1,00 (um real), que foram totalmente integralizados pela Uisa por meio da capitalização dos créditos decorrentes de AFACs.

Com o exposto, a Geo passa dos 51% para 10% de participação na joint venture, representados por 4.100.000 ações, das quais 3.590.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, remanescem pendentes de integralização pela Geo. A Geo Energética Part. S.A. detém, com o acordo, a opção de recompra das ações até atingir 40% de participação na investida.

(ii) Trata-se de investimento em participação societária relacionado a 7,53% do capital social da Raízen-GEO Biogás S/A, a qual irá desenvolver suas atividades de geração de energia e biometano com utilização de resíduos da indústria sucroalcooleira, com potência elétrica instalada de 21MW (não auditado) em sua unidade operacional (Raízen Geo Biogás – Bonfim) e capacidade de produção de biometano de até 25.5M Nm³ (não auditado) em sua nova planta (em construção) na cidade de Piracicaba-SP.

(iii) Trata-se de investimento em participação societária relacionado a 2,59% do capital social da Cocal-GEO Biogás S.A. (“Cocal- GEO”), a qual investiu em uma planta voltada às atividades de geração de energia com utilização de resíduos da indústria sucroalcooleira, com potência elétrica instalada de 5 MW (não auditado) e capacidade de geração anual de um volume de biometano de aproximadamente 8,9M Nm³ (não auditado).

(iv) Trata-se de investimento em participação societária relacionado a 40% do capital social da Cri Geo Biogás S.A. (“Cri Geo”), empresa que atua na construção de uma unidade de geração de Biogás, com potência elétrica instalada de 1,4 MW (não revisado) e capacidade de geração de um volume de biometano de aproximadamente 5,1MM Nm³ (não revisado), adquirida mediante acordo de acionistas entre a Companhia e a Crivellaro Participações Ltda.

(v) Em 28 de julho de 2022 foi constituída a empresa Geo Del Sur Biogás SPE Ltda., uma Joint Venture entre Geo Energética Participações S/A e a Del Sur Biogás Ltda., empresa fundada no Rio Grande do Sul focada na criação de bovinos confinados. A empresa construirá uma planta para biodigestão do esterco gerado no confinamento, além de receber resíduos agroindustriais da região de Pelotas (RS). O capital social da Sociedade é de R\$ 200 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, das quais a Companhia detém 70% de participação, equivalentes a R\$ 140 mil (cento e quarenta mil reais), correspondentes a 140.000 (cento e quarenta mil) cotas a integralizar.

(vi) Em 29 de dezembro de 2023, foi aprovado, na LMG Negócios Inteligentes S.A. (“Investida”), um aumento de capital de R\$ 3.506 mil mediante conversão das debêntures subscritas pela Geo Investimentos Part. S.A.(“Companhia”). A Companhia, após a conversão, passou a deter 35,77% de participação sobre o capital da Investida. Atualmente a Companhia possui 49,98% de participação sobre o capital da Investida após novos aumentos de capital em 03 de junho de 2024 no total de R\$ 750 mil e em 05 de julho de 2024 no total de R\$ 643 mil.

Informações das investidas

	Patrimônio				% de	
	Ativos	Passivos	Líquido	Resultado	participação	
GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.	99.118	92.500	6.618	(13.866)	99,99	Controlada
GEO Operações e Energias Renováveis Ltda.	11.089	899	10.190	(4.116)	99,99	Controlada
GEO Gás Comercializadora e Distribuidora Ltda.	2.663	3.946	(1.283)	(791)	99,99	Controlada
Geo Energética Participações S.A.	66.495	98.881	(32.386)	(60.359)	100,00	Controlada
Uisa GEO Biogás S.A.	39.865	215	39.650	2	10,00	Coligada
Raízen-GEO Biogás S.A.	671.201	728.012	(56.811)	(108.899)	7,53	Coligada
Cocal Energia S.A	200.411	97.727	102.684	1.714	2,59	Coligada
Geo Del Sur Biogás SPE Ltda.	-	-	-	-	70,00	Coligada
GEO Mit	10.776	48	10.728	(3.003)	50,00	Coligada
CRI GEO (S.A.)	94.477	102.770	(8.293)	(17.351)	40,00	Coligada
LMG Negócios Inteligentes S.A.	6.162	5.484	678	(1.799)	49,98	Coligada
Total	1.202.257	1.130.482	71.775	(208.468)		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos pode ser composta conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	33.081	(12.646)	22.895	36.507
Aquisição de participações societárias pagas	-	1.756	-	8.158
Rearranjo societário (i)	-	-	-	(16.811)
Equivalência patrimonial	(60.637)	(42.142)	(17.541)	(4.959)
AFAC	(1.103)	-	11.079	-
Aumento de capital nas investidas	200	86.112	-	-
Saldo final	(28.459)	33.080	16.433	22.895

(i) Em 08 de agosto de 2024 foi assinado o 1º aditamento ao acordo de investimentos e de acionistas entre a0 Geo Energética Part. S.A. (“Geo”) e a Usinas Itamarati S.A. (“Uisa”), no qual a Geo transfere a Uisa 16.810.000 ações não integralizadas, pelo preço bruto e total de R\$ 1,00 (um real), que foram totalmente integralizados pela Uisa por meio da capitalização dos créditos decorrentes de AFACs. Essa transação não afetou o fluxo de caixa da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

Descrição	Edificações
Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	980
Saldo em 31 de dezembro de 2025	980
Depreciação acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(104)
Depreciação do exercício	(178)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(282)
Depreciação do exercício	(178)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(460)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	698
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	520
Taxas médias anuais de depreciação em %	4%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos		Móveis, utensílios e ferramentas	Imobilizado em andamento		Total
				escritório	industriais		Veículos	Andamento	
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	120	5.988	73.854	954	2.061	475	134	40.983	124.569
Adições	-	-	1.716	-	-	-	-	22.483	24.199
Transferências	-	-	45.529	132	-	-	-	(45.661)	-
Baixas	-	-	-	-	(93)	-	-	-	(93)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	120	5.988	121.099	1.086	1.968	475	134	17.805	148.675
Adições	-	116	-	-	-	61	-	13.391	13.568
Transferências	-	460	6.315	7	678	71	-	(7.531)	-
Baixas	-	-	(197)	-	(341)	-	-	-	(538)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	120	6.564	127.217	1.093	2.305	607	134	23.665	161.705
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.344)	(40.093)	(397)	(1.391)	(342)	(77)	-	(43.644)
Depreciação do exercício	-	(716)	(6.600)	(99)	(127)	(27)	(11)	-	(7.580)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(2.060)	(46.693)	(496)	(1.518)	(369)	(88)	-	(51.224)
Depreciação do exercício	-	(569)	(9.343)	(100)	(545)	(58)	(6)	-	(10.621)
Baixas	-	-	-	-	341	-	-	-	341
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(2.629)	(56.036)	(596)	(1.722)	(427)	(94)	-	(61.504)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024									
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	120	3.929	74.406	590	450	106	46	17.805	97.452
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	120	3.935	71.181	497	583	180	40	19.165	100.201
Taxas médias anuais de depreciação em %									
		4%	10%	10%	10%	10%	20%	-	

Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

Teste de *Impairment*

Para fins de teste do valor recuperável, o método utilizado foi avaliar o valor em uso dos ativos, através do método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo, foram consideradas as seguintes premissas:

- Considerado o período de 10 anos de projeção de fluxo;
- Taxa de crescimento pela inflação de longo prazo;
- Taxa de desconto de 12,34% a.a., considerando parâmetros de longo prazo, como o IPCA e taxa básica de juros.

O teste de *impairment* não resultou em registro em provisão por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

17. Intangível

	Software e Licenças	Marcas e Patentes	Projeto Biogás (i)	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.645	122	1.516	3.283
Adições	265	-	-	265
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.910	122	1.516	3.548
Transferências	-	13	-	13
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.910	135	1.516	3.561
Amortização:				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(429)	-	(480)	(909)
Amortização do período	(328)	-	(152)	(480)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(757)	-	(632)	(1.389)
Amortização do período	(342)	-	(151)	(493)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.099)	-	(783)	(1.882)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	1.153	122	884	2.159
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	811	135	733	1.679
Taxas médias anuais de amortização em %	20%		10%	

(i) Estudo do processo de biodigestão de biomassa de vinhaça e torta de filtro.

18. Direito de uso e passivo de arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo de direito de uso		
Terrenos	90	104
Edificações	398	366
Total ativo de direito de uso	488	470
Passivo de arrendamento		
Circulante	333	220
Não circulante	214	309
Total passivo de arrendamento	547	529

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Consolidado	
	2025	2024
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído nas despesas)		
Terrenos	30	30
Edificações	274	230
Encargo com juros pela atualização do passivo de arrendamento (incluído nas despesas financeiras)		
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	74	67
Outras despesas		
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	379	327
Despesas relacionadas a arrendamentos de ativos de baixo valor que não foram incluídas acima como arrendamentos de curto prazo	25	25
Total	404	352

O arrendamento da Companhia é composto pelo aluguel de dois imóveis para uso do setor administrativo.

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento.

Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

	Consolidado	
	2024	2023
Vencimento das prestações		
Menos de 1 ano	151	245
Entre 1 e 2 anos	448	336
Entre 2 e 5 anos	20	20
Juros a incorrer	(72)	(72)
Saldo dos passivos de arrendamento	547	529

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	470	730
Adição por novos contratos	303	-
Depreciação	(285)	(260)
Saldo final	488	470

Passivos de arrendamento

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	529	785
Adição por novos contratos	297	-
Pagamentos	(345)	(323)
Juros	66	67
Saldo final	547	529

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de ativo imobilizado	30	-	1.522	4.136
Fornecedores diversos	-	27	3.203	1.017
Total	30	27	4.725	5.153
Circulante	30	27	4.707	5.129
Não circulante	-	-	18	24
Total	30	27	4.725	5.153

A totalidade das contas a pagar refere-se a fornecedores nacionais e possuem prazos médios de pagamento entre 15 e 30 dias.

20. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Consolidado	
		2025	2024
Financiamentos BNDES	7,53% a.a.	30.545	-
Financiamentos BNDES	2,55% a.a.	15.666	13.510
Financiamentos BNDES	IPCA + 8,61% a.a.	3.620	-
Sofisa Nota Comercial	CDI + 0,368% a.m.	10.287	-
Financiamento BNDES IPCA	IPCA + 7,10% a.a.	6.286	6.285
BRP Nota Comercial 1a emissão	CDI + 0,368% a.m.	5.222	-
Itaú CCB	CDI + 4,25% a.a.	3.744	38.881
Santander CCB	CDI + 4,25% a.a.	3.549	-
Santander CCB	CDI + 5,34% a.a.	1.170	1.201
BRP Finame Carreta	SELIC+4,34% a.a.	1.032	1.750
Bradesco Finame	4,11% a.a.	547	-
MAT Equipamentos	1,57% a.m.	280	745
ICP Thermo Fischer	CDI + 6,76% a.a.	206	365
Banco CNH	IPCA + 6,72% a.a.	48	94
Santander CCB	CDI + 5,37% a.a.	-	2.132
Santander Energia	-	-	365
Usinas Itamarati S.A. (i)	CDI + 5,87% a.a.	2.030	13.362
Usinas Itamarati S.A. - Debêntures (ii)	CDI + 2% a.a.	20.294	19.131
Total		104.526	97.821
Circulante		18.020	56.235
Não circulante		86.506	41.586
Total		104.526	97.821

Em 2025, foram liberados R\$ 36.008 mil pelo BNDES, recursos que foram utilizados para a quitação substancial do empréstimo ponte junto ao Itaú, resultando no alongamento do perfil da dívida da Companhia. Essa operação evidencia o esforço da Administração em melhorar a estrutura de capital, com foco na extensão de prazos e na otimização do perfil de endividamento.

No período, também foram realizadas novas captações, incluindo: (i) R\$ 3.000 mil junto ao Banco Santander, à taxa de CDI + 5,34% a.a., bem como a liquidação de R\$ 2.132 mil com a mesma instituição, à taxa de CDI + 5,37% a.a.; (ii) R\$ 10.000 mil junto ao Banco Sofisa, à taxa de CDI + 0,36% a.m.; e (iii) R\$ 5.000 mil junto ao Banco BRP, à taxa de CDI + 0,36% a.m.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos garantidos por alienação de bens totalizavam R\$ 59.861 mil (R\$ 38.881 mil em 31 de dezembro de 2024), sendo a maior parte referente ao financiamento junto ao BNDES.

(i) Contrato de mútuo com remuneração de CDI + 5,87% a.a. e prazo de 24 meses para pagamento. Após reestruturação societária, a Usinas Itamarati S/A deixou de ser tratada como partes relacionadas e o saldo foi reclassificado para outras contas a pagar.

(ii) Em 19 de março de 2021 a Usinas Itamarati S.A. concedeu a título de empréstimo o montante de R\$ 11.000 mil, pelo prazo de 10 anos, que deve ser pago acrescido da taxa CDI + 2% a.a.

A movimentação dos financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	96.407
Captações	7.854
Pagamento principal	(12.785)
Pagamento de juros	(8.940)
Provisão de juros	15.285
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	97.821
Captações	65.967
Pagamento principal	(71.567)
Pagamento de juros	(6.224)
Provisão de juros	18.529
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	104.526

Os montantes do passivo circulante e não circulante apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado	
Ano	2024	2024
2025	-	42.873
2026	17.636	22.455
2027 (+)	64.566	-
Total	82.202	65.328

21. Obrigações fiscais e Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2024	2025	2024
PIS a recolher	-	-	9	5
Cofins a recolher	-	-	43	22
IRRF a recolher	-	-	9	9
ICMS a recolher	-	-	106	191
Outras obrigações fiscais	1	-	105	62
Total	1	-	272	289

22. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de impostos diferidos e contribuição social diferidos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Em virtude de não haver expectativa de realização dos referidos tributos, a Companhia não registrou os saldos de impostos diferidos e contribuição social diferidos apurados em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 2.415 mil (R\$ 2.089 mil em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado no montante de R\$ 37.994 mil (R\$ 35.579 mil em 31 de dezembro de 2024), em razão de não possuir histórico de base tributável e perspectiva de curto prazo para a compensação dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais apresentados.

Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes dos impostos	(66.678)	(46.761)	(66.236)	(46.721)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	22.670	15.899	22.520	15.885
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	20.255	14.328	5.649	1.686
Imposto diferido não constituído	(42.925)	(30.227)	(28.169)	(17.571)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-	(578)	(64)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	0,67%	0,14%

23. Transações com partes relacionadas

As transações entre empresas do Grupo mantidas na Controladora podem ser resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo não circulante				
Contas a receber de partes relacionadas				
Resolve Biogás	808	423	808	423
LMG Negócios Inteligentes	5.106	981	5.106	981
G Tech	-	-	-	2.029
GEO Energética Participações S.A.	64.685	9.893	-	-
Total	70.599	11.297	5.914	3.433
Passivo circulante				
Contas a pagar a partes relacionadas				
Mútuos pessoas físicas	-	-	-	2.349
Usinas Itamarati S.A. – Nota explicativa no 20	2.030	-	2.030	13.362
Total	2.030	-	2.030	15.711
Passivo não circulante				
Contas a pagar a partes relacionadas				
GEO Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda.	40	40	-	-
GEO Operações e Energias Renováveis Ltda.	2	1	-	-
GEO Energética Participações S.A.	1.042	-	-	-
Zelazo Administradora de Bens Ltda.	1.052	1.052	1.052	1.052
Ascot	42	43	40	41
Usinas Itamarati S.A. – Nota explicativa no 20	20.294	19.131	20.294	19.131
Total	22.473	20.269	21.386	20.224

As contas a receber referem-se a transações na natureza de mútuo entre controladora e sua controlada GEO Energética e Part. S.A., os valores não possuem encargos financeiros e prazo de vencimento.

A Companhia não faz remuneração aos seus dirigentes os quais também são acionistas em virtude de prejuízos recorrentes.

Abaixo quadro de movimentação entre partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	11.297
Pagamentos	59.302
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	70.599

	Consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	3.433
Pagamentos	6.856
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	10.289

24. Provisão para contingências

A Companhia efetua provisões para contingências nos quais há probabilidade de perda provável, conforme opinião da Administração consubstanciada por seus consultores jurídicos, abrangendo demandas de natureza tributárias e trabalhista.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2023	2024	2023
Provisão para contingências tributárias (i)	4.098	2.038	7.350	5.098
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	576	-
Total	4.098	2.038	7.926	5.098

(i) As contingências tributárias decorrem da incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre os contratos de mútuo firmados pela Companhia.

25. Receitas diferidas

	Consolidado	
	2025	2024
Projeto FINEP – SAF (i)	1.543	1.529
Projeto FINEP – Pré-tratamento (ii)	3.002	1.606
Projeto FINEP – Tecnova (iii)	170	187
Total	4.715	3.322

(i) Montante referente à aprovação da Companhia no edital da FINEP denominado “Combustíveis do Futuro”, que contempla a realização de testes laboratoriais, elaboração de projeto de engenharia e a instalação de uma unidade de demonstração tecnológica para produção de combustível sustentável de aviação (SAF).

O projeto prevê a liberação de recursos pela FINEP no montante de R\$ 7.473 mil, sendo requerida a contrapartida da Companhia no valor de R\$ 4.032 mil para a execução das atividades. O prazo de execução é de 36 meses a partir da assinatura do contrato, ocorrida em 4 de julho de 2023, e a prestação de contas final deverá ser realizada em até 60 dias após o término da vigência.

Os recursos recebidos devem ser mantidos em conta bancária específica e utilizados exclusivamente na execução do projeto. A Companhia deve apresentar a prestação de contas das despesas incorridas, sendo que eventuais saldos não utilizados deverão ser devolvidos à FINEP no prazo de até 30 dias após a conclusão do projeto.

O reconhecimento das receitas associadas ao projeto ocorre de forma sistemática no resultado, na mesma proporção da depreciação dos ativos relacionados, após a conclusão da fase de implantação.

(ii) Montante referente à aprovação da Companhia em edital da FINEP para o desenvolvimento de tecnologia de pré-tratamento de biomassas lignocelulósicas para produção de biogás. O projeto contempla a implantação de uma unidade de demonstração no município de Tamboara/PR.

O projeto prevê a liberação de recursos pela FINEP no montante de R\$ 2.999 mil, sendo exigida contrapartida da Companhia no valor de R\$ 1.005 mil. O prazo de execução é de 36 meses a partir da assinatura do contrato, ocorrida em 7 de julho de 2023.

Os recursos recebidos devem ser mantidos em conta bancária específica e utilizados exclusivamente na execução do projeto. A Companhia é responsável pela prestação de contas dos valores aplicados, devendo apresentar relatórios parciais anualmente ou quando solicitados pela FINEP, bem como relatório final em até 60 dias após o término da vigência contratual. Eventuais saldos não utilizados deverão ser devolvidos no prazo de até 30 dias após o encerramento do contrato.

As despesas relacionadas ao projeto são reconhecidas no resultado conforme incorridas. As receitas correspondentes são reconhecidas de forma sistemática no resultado, na mesma proporção da depreciação dos ativos vinculados ao projeto, após a conclusão da fase de implantação.

(iii) Montante referente à aprovação da Companhia no edital Tecnova II, no âmbito da FINEP em parceria com a Fundação Araucária (fundação de apoio à pesquisa do Estado do Paraná), com o objetivo de desenvolver e construir um biodigestor para biodigestão de materiais lignocelulósicos.

O projeto prevê a liberação de recursos no montante de R\$ 185 mil, sendo requerida a participação da Companhia com recursos próprios mínimos de 5% do valor total, além do compromisso de aportar recursos adicionais para cobrir eventuais insuficiências ou acréscimos no orçamento.

O prazo de execução do projeto é de 24 meses a partir da assinatura do contrato, ocorrida em 02 de junho de 2022. A Companhia deve executar o projeto conforme o plano de trabalho aprovado pela Fundação Araucária, mantendo os recursos recebidos em conta específica para utilização exclusiva no projeto.

As receitas associadas ao projeto são reconhecidas de forma sistemática no resultado, na mesma proporção da depreciação dos ativos relacionados, após a conclusão da fase de implantação.

26. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 99.693 mil, representado por 99.493.125 ações ordinárias, sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	2025	2024
Ascot	20.989.089	20.789.089
Net Zero Now FIP	78.206.571	78.206.571
Caio Kai Koch-Weser	497.465	497.465
Total	99.693.125	99.493.125

27. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de venda de energia e serviços		
Receita com venda de energia	2.240	2.553
Receita com venda de biogás (i)	12.545	11.537
Receita de prestação de serviços (i)	14.230	7.380
Total	29.015	21.470
Impostos incidentes		
Impostos incidentes sobre venda de energia	(338)	(317)
Impostos incidentes sobre venda de biogás	(2.310)	(2.251)
Deduções da venda de energia	(162)	(467)
Impostos incidentes sobre prestação de serviços	(1.668)	(874)
Total	(4.478)	(3.909)
Receita operacional líquida	24.537	17.561

(i) Em 2025, a Companhia registrou aumento na receita, em comparação ao período anterior, impulsionado, principalmente, pelo incremento na comercialização de biogás e biometano, bem como pela ampliação das atividades operacionais.

No que se refere à receita de prestação de serviços, a variação é explicada, substancialmente, pelo crescimento na receita de gestão de resíduos, no montante de R\$ 1.000 mil. Adicionalmente, observa-se incremento na receita de projetos, no total de R\$ 6.850 mil, composto por R\$ 2.500 mil referentes ao projeto Açú, (Gtech); R\$ 3.740 mil relacionados ao projeto CMAA e R\$ 610 mil provenientes de outros projetos.

28. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2024	2024
Despesas com pessoal (i)	-	-	(24.672)	(21.052)
Depreciação e amortização	-	(265)	(11.789)	(8.408)
Serviços profissionais contratados	(161)	(114)	(6.843)	(8.263)
Material de consumo	-	(2)	(6.631)	(4.459)
Viagens	-	-	(1.944)	(2.728)
Aluguéis	(127)	(251)	(1.294)	(1.035)
Ajuste de inventário	-	-	(38)	-
Provisão para devedores duvidosos	-	-	18	(106)
Outros	(786)	(219)	(2.027)	(2.007)
Total	(1.074)	(851)	(55.220)	(48.058)
Classificadas como				
Custos da venda de energia	-	-	(17.159)	(16.836)
Gerais e administrativas	(1.074)	(851)	(38.079)	(31.116)
Provisão para devedores duvidosos	-	-	18	(106)
Total	(1.074)	(851)	(55.220)	(48.058)

(i) No exercício de 2025, a variação nas despesas com pessoal decorre, principalmente, de reestruturações organizacionais realizadas no período. No primeiro semestre, houve aumento do quadro de colaboradores, incluindo posições operacionais e de gestão, com impacto incremental nas despesas.

A partir de agosto de 2025, a Companhia implementou medidas de racionalização da estrutura, incluindo a redução do quadro de pessoal, com expectativa de redução gradual dessas despesas nos períodos subsequentes.

29. Outras receitas e despesas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para contingências	(2.060)	(1.509)	(2.828)	(2.259)
Impostos e taxas	(44)	(39)	(181)	(311)
Reembolso de despesas	-	-	794	1.572
Ganho na venda de imobilizado	-	-	210	60
Outras receitas e despesas	(227)	25	(519)	491
Total	(2.331)	(1.523)	(2.524)	(447)

30. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	9	-	9	-
Total	9	-	9	-
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuos e outras contas a pagar	(3.478)	(2.224)	-	(4.643)
Juros sobre empréstimos/financiamentos	-	-	(12.846)	(4.193)
Fianças e garantias bancárias	-	-	(2.038)	(720)
Juros sobre arrendamento	(31)	(17)	(66)	(67)
Impostos e taxas com operações financeiras	(12)	-	(125)	(594)
Despesas com avais	-	-	-	(265)
Outras despesas financeiras	(188)	(4)	(1.384)	(336)
Total	(3.709)	(2.245)	(16.450)	(10.818)
Despesas financeiras, líquidas	(3.700)	(2.245)	(16.422)	(10.818)

31. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém contratado seguros junto à MAPFRE Seguros, com vigência de 20 de julho de 2025 a 20 de julho de 2026, destinado à cobertura das operações da unidade localizada em Tamboara – PR. As coberturas contratadas abrangem danos materiais sobre prédios, máquinas e equipamentos, bem como lucros cessantes (MMU – Margem de lucro bruto). O montante total segurado é de R\$ 85.000 mil, sendo R\$ 7.474 mil para danos materiais e R\$ 77.526 mil para lucros cessantes.

32. Eventos subsequentes

Financiamento BNDES

Em março de 2026, ocorreu a liberação da última parcela do financiamento firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 3.761 mil, sendo R\$ 3.364 mil referentes ao Subcrédito “A” e R\$ 397 mil ao Subcrédito “B”. Os recursos foram integralmente destinados à liquidação de empréstimo ponte junto ao Itaú Unibanco, eliminando exposição a passivos de curto prazo anteriormente contratados em condições menos favoráveis e contribuindo de forma direta para o alongamento do perfil da dívida e a redução de riscos de liquidez.

Emissão de nota comercial

(i) BRP

Em fevereiro de 2026, a Companhia efetuou a emissão de nota comercial junto ao BRP, no montante de R\$ 5.000 mil. A referida operação é remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,37% ao mês, com vencimento estabelecido para 20 de julho de 2029.

(ii) Banco Sofisa

Em abril de 2026, a Companhia efetuou a emissão de nota comercial junto ao Banco Sofisa, no valor de R\$ 11.000 mil. A referida operação é remunerada à taxa de CDI acrescida de 4,40% ao ano, com vencimento estabelecido para 07 de março de 2030.

Syzygy Plasmonics

Em 2026, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com a Syzygy Plasmonics para o desenvolvimento de projeto de plantas de produção de combustível sustentável de aviação (SAF) a partir de biogás, com faturamento total previsto de US\$ 200.000.

A celebração desse contrato evidencia o avanço e o domínio tecnológico da Companhia no desenvolvimento de soluções voltadas à produção de biocombustíveis de nova geração, especialmente no aproveitamento do biogás como insumo energético. Tal iniciativa reforça o posicionamento estratégico da Companhia em um mercado com elevado potencial de crescimento, impulsionado pela crescente demanda global por descarbonização e pela substituição de combustíveis fósseis.

Consórcio do Sistema Metropolitano BRT

Em 2026, a Companhia, por meio de sua subsidiária Eco Geo Biogás, firmou contrato com o Consórcio do Sistema Metropolitano BRT, no município de Goiânia, para fornecimento de biogás.

O contrato prevê volume inicial de fornecimento de 2.500 m³/dia, com expansão para 12.000 m³/dia após 12 meses, podendo atingir até 50.000 m³/dia, conforme evolução da demanda e capacidade operacional.

A celebração desse contrato reforça a estratégia do Grupo de ampliação da comercialização de biogás, contribuindo para o aumento da previsibilidade de receitas e para o fortalecimento de sua atuação no mercado de energia renovável.

RenovaBio

No mês de março de 2026, a Geo Elétrica Tamboara concluiu a auditoria no âmbito do programa RenovaBio. O processo encontra-se em fase de validação técnica por entidade independente, etapa prévia à submissão para consulta pública e posterior avaliação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Com base nas informações disponíveis e no estágio atual do processo, a Administração estima que a certificação seja obtida no segundo semestre de 2026. A obtenção da certificação permitirá a geração de créditos de descarbonização (CBIOs) e viabiliza a emissão de certificados de garantia de origem de biometano (CJOBs), ampliando o escopo operacional da Companhia e com potencial de contribuição para suas receitas futuras.

Com os CBIOs e a negociação do CJOB, haverá uma valorização de preço da molécula, considerando o atributo ambiental, seja via negociação isolada.

Companhia Paranaense de Gás - Compagas

Adicionalmente, em março de 2026, a Companhia, por meio da Geo Elétrica Tamboara Bioenergia Ltda., iniciou a comercialização de biometano para a Companhia Paranaense de Gás, com fornecimento destinado à unidade de Maringá (PR), com volume inicial de 1.300 m³/dia.

A operação representa a expansão das atividades comerciais da Companhia, contribuindo para a geração de receitas e sendo considerada nas projeções operacionais para períodos futuros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os eventos subsequentes acima descritos refletem a implementação de medidas voltadas ao reequilíbrio financeiro e operacional da Companhia. A liquidação de passivos de curto prazo, aliada ao alongamento do perfil da dívida e à entrada em operação de novos contratos comerciais, contribui para a melhoria da estrutura de capital, o fortalecimento da posição de liquidez e maior previsibilidade dos fluxos de caixa.

Nesse contexto, a Administração entende que tais fatores suportam as projeções operacionais e financeiras da Companhia, bem como o pressuposto de continuidade operacional, com base nas estimativas de geração de caixa e nas medidas implementadas até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Aspectos econômico-financeiros

A Empresa apresentou o seguinte resultado operacional em 31 de março de 2026 (informação não auditada):

	31/03/2026 (Não auditado)
Receita Líquida	1.897
Custos das vendas de energia e serviços prestados	(1.596)
Lucro bruto	301
Despesas gerais e administrativas	(3.287)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.564
Resultado de equivalência patrimonial	190
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	768
Resultado financeiro, líquido	(1.645)
IRPJ e CSLL	(21)
Prejuízo do período	(898)

* * *